

## COLÓQUIO INTERNACIONAL “OS AÇORES E AS FRONTEIRAS DA EUROPA”

Lajes das Flores, 17 de setembro de 2014

### *Intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro*

Começo, naturalmente, por dirigir uma calorosa saudação a todos os participantes deste colóquio e por manifestar à Universidade dos Açores, em especial à Cátedra Jean Monnet e ao Centro de Estudos de Relações Internacionais e Estratégia, na pessoa do coordenador deste projeto, Professor Carlos Amaral, a satisfação do Governo dos Açores pela realização desta iniciativa, expressa, desde a primeira hora, no nosso apoio e associação à organização deste colóquio.

Permitam-me, também, uma saudação particular ao Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra e ao seu núcleo na nossa Universidade, assim como a todos os que se deslocaram aos Açores vindos de diversas Universidades europeias.

To all our visitors coming from Continental Europe, I want to thank you for your participation in this Seminar and acknowledge your presence here in the Azores and, in particular, in this island.

I am most certain that your participation has enriched the debates during the last couple of days and that you will leave with a clearer understanding of the reality of these islands and their meaning as one of Europe's frontiers.

Não poderia, aliás, haver local mais significativo para realização deste encontro e para a abordagem desta matéria do que a magnífica Ilha das Flores e o Concelho das Lajes – na realidade o município mais ocidental da Europa – pela simbologia de ser exatamente aqui a finisterra geográfica europeia.

Mas esta finisterra não é apenas geográfica, nem apenas europeia, porque em geografia, como em política, não há fins absolutos, nem vazios permanentes.

De resto, a questão das fronteiras da Europa e da sua relação com os países ou zonas geopolíticas limítrofes constitui hoje, porventura, a principal e mais imediata questão da política internacional.

A Leste, a Europa e os seus parceiros Atlânticos da NATO, confrontam-se precisamente com novos dilemas e desafios sobre a sua identidade, sobre a capacidade de defesa dos seus membros e associados e sobre as fronteiras da sua atuação.

A Sul, a incerteza reina no Norte de África sobre o sentido das reformas e a certeza do caminho na democratização dos países que foram o palco da “Primavera Árabe”.

A ameaça desestabilizadora do Estado Islâmico sobre todo o Médio Oriente, mas também sobre o interior de cada Estado Membro da União, na capacidade de atração de

elementos por parte deste movimento radical, questiona as fronteiras de liberdade e da livre-circulação que são pedra-basilar de todo o projeto comunitário.

Por outro lado, internamente, também alguns Estados Membros confrontam-se com debates próprios sobre as fronteiras e a identidade política e social de alguns dos seus territórios e regiões, de que são exemplo mais preponderante o referendo sobre a independência da Escócia que terá lugar amanhã mesmo e que pode, eventualmente, constituir um desafio acrescido para toda a União Europeia.

A União viveu também, nos últimos anos, enredada em falsos debates entre Norte e Sul, devedores e credores, que nada contribuíram para a real resolução dos problemas em cima da mesa e que agudizaram sentimentos nacionalistas – de resto, claramente expressos nas últimas eleições para o Parlamento Europeu – e que assomaram, de novo, questões de nacionalidade e pertença que há muito se julgavam desvanecidas na Europa.

Estamos, portanto, num momento determinante para o debate e para a reafirmação do Projeto Europeu, dos seus propósitos e do seu potencial agregador e de atração para os cidadãos individualmente considerados, os povos e os Estados e que – também como se viu no caso da Ucrânia – pode ser muito grande, mesmo nas alturas mais complexas da vida da União.

Tenho a convicção que tal só pode ser feito com um reforço da ação das instituições comunitárias – e muito em particular do papel nuclear da Comissão Europeia, enquanto guardião dos Tratados e líder deste projeto comum – e numa ligação muito mais direta e concreta com as Regiões e os cidadãos Europeus para resolução dos seus problemas e respostas às suas expectativas.

É fundamental que a nova Comissão Europeia, que se apresta a iniciar funções, tenha estes dois desígnios como elementos centrais da sua atuação futura, num claro respeito pelos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade que, pela primeira vez, e, felizmente, terão um “guardião” na pessoa do Primeiro-Vice Presidente da Comissão Europeia.

As Regiões Ultraperiféricas em geral, e os Açores em particular, assumem-se, e são reconhecidos pela própria União, como espaços-fronteira.

Refiro, a título de exemplo, a mais recente Comunicação da Comissão Europeia sobre as RUP, onde, aludindo à necessária promoção da integração regional destas Regiões nos seus espaços geográficos de pertença, com o objetivo de alargar a esfera de influência da UE em termos socioeconómicos e culturais, bem como a promoção de uma atividade comercial mais intensa e de uma maior partilha de conhecimentos – a Comissão Europeia afirma, e passo a citar: “As RUP são postos avançados da UE nas zonas onde se encontram e a UE beneficia das suas estreitas relações com os países e territórios ultramarinos, com os países terceiros, como as nações emergentes (o Brasil ou a África do Sul, por exemplo), com os países em desenvolvimento e com os países desenvolvidos que partilham com as RUP laços históricos e culturais”

Ora, estes “países desenvolvidos que partilham com as RUP laços históricos e culturais” estão também, como é fácil de compreender, do outro lado do Atlântico e são, para os

Açores, os países que, historicamente, acolheram a imensa Diáspora destas ilhas com quem mantemos importantes laços de cooperação.

Aliás, como claramente identificava, já em 2009, a Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas, órgão de cooperação inter-regional que os Açores integram, este Arco Atlântico “é um espaço proteiforme, cujas fronteiras variam em função das problemáticas abordadas”.

Deve, por isso, forçosamente, analisar-se o Atlântico como um espaço de cooperação entre os demais continentes, até porque, e volto a citar, desta feita a CRPM “os laços históricos entre os Estados, as Regiões e as cidades dos dois lados do Atlântico representam uma vantagem pouco explorada. Esta dimensão mundial da cooperação poderia beneficiar das renovadas relações transatlânticas que augura a alteração política nos Estados Unidos.”

Esta alteração política dos Estados Unidos – a eleição do Presidente Obama - a que se referia, em 2009, a CRPM, ganha agora novos e determinantes contornos com as negociações, em curso, da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento.

O Acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos da América constitui matéria de inegável importância para a Europa e para Portugal e que, à semelhança de tantas outras, assume, na Região Autónoma dos Açores, uma relevância específica e um enquadramento particular.

Este é um assunto que o Governo dos Açores segue com grande interesse, pelas implicações e oportunidades económicas que pode representar para a Região, numa ação que se manifestou, desde o início deste processo negocial, que ocorreu no ano passado, na identificação dos interesses específicos que a Região pretende salvaguardar no quadro global da negociação.

Por outro lado, de modo a aprofundar, desenvolver e consolidar a posição da Região, em função da evolução das próprias negociações, o Governo dos Açores conta com o contributo dos parceiros sociais e, muito em especial, dos produtores e empresários Açorianos, num processo de consulta em curso.

Embora os estudos macroeconómicos já realizados sobre esta Parceria Transatlântica – quer a nível da União, quer também a nível nacional - concluam por um impacto globalmente positivo para a economia, com naturais e diferentes expectativas quanto ao grau exato de tais consequências e da sua diferenciação em função dos Estados e, mesmo, das Regiões, estas conclusões não nos devem tranquilizar.

Devem antes servir para melhor nos prepararmos, em conjunto com os parceiros sociais e setores económicos dos Açores, para os respetivos desafios.

Devemos antes, cuidadosamente, avaliar e acompanhar as “complexidades e incertezas deste processo” negocial, tal com refere o estudo recentemente apresentado nos Açores, por iniciativa da FLAD, e encomendado por aquela Fundação, pela Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

É por isso que o Governo dos Açores assume as vantagens de se proceder a uma abordagem mais aprofundada e específica, não apenas sobre a economia da Região, mas que tenha em conta dimensões fundamentais, como a nossa inserção insular e atlântica central, a mais-valia das nossas infraestruturas portuárias e aeroportuárias, a nossa vasta e influente Diáspora e o conseqüente relacionamento histórico, político e institucional dos Açores com os Estados Unidos da América.

Nesse sentido, o Governo dos Açores pretende avançar para a elaboração de uma análise prospetiva e mais detalhada sobre esta Parceria Transatlântica EUA-UE, que nos permita aferir, com detalhe e ao nível dos vários setores, quais os impactos futuros para a Região deste acordo comercial e aduaneiro entre estes dois “gigantes” mundiais.

Aproveito este momento para convidar a Universidade dos Açores a ser parceira do Governo neste estudo que pretende ir mais além do que os dados já conhecidos no estudo recentemente apresentado pela FLAD e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

É inegável que os Estados Unidos da América constituem, efetivamente, um importante mercado de destino da produção dos Açores e que pode, efetivamente, ser reforçado e beneficiado por este processo que levará ao Acordo para a Parceria Transatlântica.

Nesse quadro, é fundamental que o Estado Português e a Instituições Europeias - a Comissão, enquanto negociadora do Acordo, mas também o Parlamento - valorizem e pugnem pelo papel estratégico que os Açores assumem no Atlântico Norte e que poderão ver reforçado, por via do aumento das trocas comerciais e da prestação de serviços ao abrigo desta Parceria Transatlântica.

É, pois, deste ponto mais ocidental da Europa inserido num espaço atlântico, onde as fronteiras se definem, que importa reafirmar e pugnar pela valorização do Projeto Europeu e Atlântico, como espaços de cooperação, assente em laços que extravasam, em muito, a geografia ou a economia.

É por isso que felicito, uma vez mais, a Universidade dos Açores pela iniciativa de nos reunir aqui e pela relevância desta reflexão sobre o papel que somos todos convocados a desempenhar, nas diferentes geografias onde nos inserimos.

Muito obrigado pela vossa atenção.